

Tribunal investiga pagamento suspeito a presidente do TRE-SP

Magistrado informou já ter entregue sua defesa prévia e 'documentos comprobatórios' à presidência do tribunal

Alceu Penteado Navarro recebeu em torno de R\$ 400 mil de modo considerado fora do padrão de 2006 a 2010

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, desembargador Alceu Penteado Navarro, é um dos investigados pelo Tribunal de Justiça paulista pelo suposto recebimento de verbas atrasadas de forma privilegiada em relação aos colegas de corte.

Os pagamentos feitos ao ex-presidente do TJ desembargador Antonio Carlos Viana Santos, morto em janeiro de 2011, também são alvo da apuração do tribunal.

Por meio de assessoria do TJ, Navarro informou que "a defesa prévia e documentos comprobatórios já foram entregues à presidência do tribunal". A **Folha** não localizou familiares de Santos até o fechamento desta edição.

Navarro, que também é integrante do TJ, recebeu cerca de R\$ 400 mil de uma forma fora do padrão das quitações do tribunal entre 2006 e 2010, segundo a apuração.

Os pagamentos a Navarro, a Santos e a outro ex-presi-

dente do TJ, Roberto Bellocchi —que nega irregularidades—, fazem parte do grupo de cinco casos considerados mais graves pelo tribunal.

Ontem, a corte iniciou a análise do processo sobre os pagamentos suspeitos de violação aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

O presidente do TJ, Ivan Sartori, propôs aos colegas a suspensão de pagamentos de atrasados para desembargadores envolvidos no caso.

Porém, os membros do colegiado decidiram avaliar a defesa de Navarro e adiaram a decisão sobre a interrupção.

Na sessão da corte, desembargadores mostraram indignação com os pagamentos. Outros, pediram calma.

O desembargador Gastão Campos Mello disse que o TJ não poderia ceder a apelos midiáticos. Sartori respondeu que a proposta era resultado da pressão dos colegas informados com os casos.

Contratos do CNJ elevam pressão por mudança

DE BRASÍLIA

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) assinou em 30 de dezembro um contrato de informática de R\$ 6,8 milhões. É mais uma despesa do conselho na área feita no fim de 2011 e que pegou conselheiros de surpresa.

Até ontem, membros do CNJ criticaram a posição de auxiliares ligados ao presidente do órgão, Cezar Peluso, por licitações no mesmo setor, de R\$ 44,9 milhões e de R\$ 8,6 milhões, feitas a toque de caixa e sem trans-

parência, segundo eles.

O novo contrato foi publicado somente ontem no "Diário Oficial da União".

Outra licitação é alvo de polêmica. Também no fim de dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto suspendeu a execução de um contrato de R\$ 1,5 milhão para a contratação de serviços de call center após reclamação de uma empresa concorrente, segundo revelou o jornal "O Estado de S. Paulo".

O secretário-geral do CNJ, juiz Fernando Marcondes, disse que os contratos tiveram de ser acelerados, em dezembro, para que os recursos para 2011 fossem utilizados, sem correr o risco de ter que devolvê-los.